

GUIA PRÁTICO

BONIFICAÇÃO POR DEFICIÊNCIA

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático – Bonificação por Deficiência
(4002 – v4.12)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Instituto da Segurança Social, I.P.

RESPONSÁVEL

Gabinete de Comunicação

CONTACTOS



Telefone: **808 266 266** (n.º azul), dias úteis das 08h00 às 20h00.

Fax: **(+351) 272 240 900**

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Directa.

DATA DE PUBLICAÇÃO

Novembro 2010

ÍNDICE

A – O que é?	4
B1 – Quem tem direito?	4
B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?	5
C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?	6
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?.....	7
D2 – Como posso receber?	8
D3 – Quais as minhas obrigações?	9
D4 – Por que razões Cessa ou Suspende?.....	10
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável.....	11
E2 – Glossário	11
Perguntas Frequentes	12

A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.
--

A – O que é?

É um valor em dinheiro que é adicionado ao abono de família das crianças ou jovens portadores de deficiência, com o objectivo de compensar as suas famílias dos encargos resultantes da sua situação.

B1 – Quem tem direito?

Com descontos para a Segurança Social (regime contributivo)

Sem descontos para a Segurança Social e em situação de carência (regime não contributivo)

Com descontos para a Segurança Social (regime contributivo)

1. A pessoa que tem a criança ou jovem portador de deficiência a seu cargo (o beneficiário) **desconta** para a Segurança Social ou qualquer outro regime de protecção social.
2. O beneficiário descontou para a Segurança Social nos primeiros 12 meses dos últimos 14, a contar da data em que é feito o pedido. Esta condição não se aplica aos pensionistas, incluindo os pensionistas por risco profissional com incapacidade permanente igual ou superior a 50%.
3. A criança ou jovem portador de deficiência:
 - está a cargo do beneficiário (de quem é *descendente*);
 - necessita de apoio individualizado pedagógico e/ou terapêutico;
 - frequenta, está internado ou em condições de frequentar ou estar internado num estabelecimento especializado de reabilitação;
 - não exerce actividade profissional abrangida por regime de protecção social obrigatório (não tem uma actividade que o obrigue a descontar para a Segurança Social ou outra entidade semelhante).

O que significa estar a cargo do beneficiário?

Viver com o beneficiário em comunhão de mesa e habitação.

Se o jovem for casado, os seus rendimentos mensais têm de ser inferiores a € 374,36 (89,3% do IAS).

Se for viúvo, separado ou divorciado, os seus rendimentos mensais têm de ser inferiores a € 187,18 (44,65% do IAS).

Sem descontos para a Segurança Social e em situação de carência (regime não contributivo)

1. A pessoa que tem a criança ou jovem portador de deficiência a seu cargo **não desconta** para a Segurança Social ou qualquer outro regime de protecção social.
2. Existe uma **situação de carência** quando:
 - Os rendimentos mensais brutos da pessoa portadora de deficiência (antes dos descontos) são iguais ou inferiores a € 167,68; **e**,

- O rendimento total do agregado familiar é igual ou inferior a € 628,83.

Ou

- O rendimento do agregado familiar, por pessoa, é igual ou inferior a € 125,76 e
- A família encontra-se em situação de risco ou disfunção social grave devido a perda de rendimentos ou a um aumento anormal dos encargos (devido a doença, acidente, desemprego, invalidez ou reabilitação).
- **Nota:** A situação de risco ou disfunção tem de ser assinalada pelos serviços de acção social competentes.

3. A criança ou jovem portador de deficiência:

- necessita de apoio individualizado pedagógico e/ou terapêutico;
- frequenta, está internado ou em condições de frequentar ou estar internado num estabelecimento especializado de reabilitação;
- não exerce actividade profissional abrangida por regime de protecção social obrigatório (não tem uma actividade que o obrigue a descontar para a Segurança Social ou outra entidade semelhante).

B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?

Não acumula com

Acumula com

O jovem não pode acumular com:

- Subsídio de Desemprego
- Subsídio Social de Desemprego
- Subsídio de Doença,
- Subsidio Sociais Parentais

A criança/jovem acumula com:

- Abono de família para crianças e jovens.
Atenção: Mesmo que a família esteja no 4º escalão e o jovem não receba abono de família, pode receber a bonificação por deficiência.
- Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial
- Majoração do abono de família dos segundos, terceiros ou mais filhos(para crianças entre os 12 e 36 meses, se houver mais do que uma criança)
- Majoração do abono de família e abono pré-natal para famílias monoparentais (se a criança ou jovem viver em comum com um único adulto)
- Bolsa de Estudo
- Abono de família pré-nata I(se a jovem estiver grávida)
- Pensão de Orfandade

- Subsídio de Funeral
- Rendimento Social de Inserção

C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?

Formulários

Documentos necessários

Onde se pode pedir

Quem pode pedir

Até quando se pode pedir

Formulários

RP5034 – requerimento de bonificação por deficiência

RP5039 – prova da deficiência

RP5045 – requerimento de abono de família para crianças e jovens

RP5045/1 – requerimento de abono de família para crianças e jovens (continuação)

RP5045/2 – informações e instruções de preenchimento

Documentos necessários

Declaração comprovativa da deficiência (passada por equipa multidisciplinar de avaliação médico-pedagógica ou, se tal não for possível, por um médico especialista na deficiência em causa ou pelo médico assistente).

No caso de regime contributivo

Fotocópia de documento de identificação válido (cartão do cidadão, bilhete de identidade, certidão do registo civil, boletim de nascimento, passaporte) da criança/jovem para quem é pedida a bonificação.

Fotocópia de documento de identificação válido da pessoa que apresenta o pedido, se a prestação não for pedida pelo beneficiário.

No caso de regime não contributivo

Fotocópias dos seguintes documentos relativos à criança/jovem, aos membros do agregado familiar e à pessoa que apresenta o pedido:

- Documento de identificação válido (cartão do cidadão, bilhete de identidade, certidão do registo civil, boletim de nascimento, passaporte);
- Cartão de identificação fiscal, se o possuírem.

Fotocópia de declaração de IRS do jovem, quando aplicável, e dos membros do agregado familiar. Se não houver declarações de IRS, deve apresentar uma declaração da entidade

empregadora, recibos de salários ou outros documentos que comprovem as remunerações recebidas.

Documento comprovativo de que a criança/jovem vive e está à guarda e cuidados de outra pessoa/entidade, se for essa a situação.

Onde se pode pedir

Serviços de atendimento da Segurança Social – apresenta os formulários em papel e os documentos nele indicados.

Quem pode pedir

No caso de regime contributivo

- Beneficiário e respectivo cônjuge;
- Pessoa com quem a criança/jovem viva e o tenha à sua guarda e cuidados;
- O próprio jovem, se tiver mais de 16 anos.

No caso de regime não contributivo

- Quem provar ter a cargo a criança/jovem;
- O próprio jovem, se tiver mais de 14 anos.

Até quando se pode pedir

No prazo de seis meses contados a partir do mês seguinte àquele em que se verificou a deficiência.

Se pedir depois deste prazo, só terá direito à bonificação a partir do mês seguinte à apresentação do pedido.

D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?

Quanto se recebe?

Até quando se recebe?

A partir de quando se tem direito a receber?

Quanto se recebe?

Depende da idade da criança ou jovem portador da deficiência e da composição do agregado familiar:

- Quanto mais velha, mais recebe;
- Se viver com um único adulto (família monoparental), tem direito a receber mais 20%.

Idade	Valor da bonificação por deficiência	Se viver com um único adulto
Até aos 14 anos	€ 59,48	€ 71,38
Dos 14 aos 18 anos	€ 86,62	€ 103,94
Dos 18 aos 24 anos	€ 115,96	€ 139,15

Estes valores são actualizados periodicamente.

Até quando se recebe?

Até aos 24 anos.

A partir de quando se tem direito a receber?

Se pedir	Tem direito à bonificação por deficiência
Dentro do prazo (nos 6 meses que se seguem ao mês em que se verificou a deficiência)	A partir do momento em que se verificou a deficiência
Fora do prazo	A partir do mês seguinte ao da entrega do pedido

D2 – Como posso receber?

Transferência bancária.

Cheque não à ordem

Nota Importante: A Segurança Social alterou o modo de pagamento dos subsídios sociais de carta-cheque para **cheque não à ordem**

O cheque não à ordem:

- Não pode ser endossado (passado ou transmitido) a terceiros (qualquer pessoa diferente do próprio beneficiário);
- Só pode ser levantado pelo próprio ou depositado numa conta do próprio.

Para maior comodidade e segurança adira ao pagamento dos subsídios por transferência bancária.

O dinheiro entra directamente na sua conta bancária e fica disponível de imediato.

A Segurança Social garante um pagamento mais rápido, mais seguro, sem atrasos e extravios.

Como aderir ao pagamento por transferência bancária

- **Pela Internet, no serviço Segurança Social Directa:**
 - Aceda ao site da Segurança Social em www.seg-social.pt;
 - **Clique** em: “Segurança Social Directa – Aceda aqui”
 - Digite o **NISS** (Número de Identificação de Segurança Social) e a **Palavra-Chave**;
 - No menu Serviços Disponíveis, **clique** em “**Alteração de NIB**”
 - Indique o seu **NIB**

- Preenchendo o modelo RP 5046–DGSS, disponível para impressão na Internet em www.seg-social.pt , “Formulários”, seleccionar “Pagamento de Prestações por Depósito em Conta Bancária”, **clicar** em “Ver” (link directo em http://www.seg-social.pt/preview_formularios.asp?r=2233&m=PDF) .
 1. Junte um dos seguintes documentos comprovativos do seu **NIB**
 - Declaração bancária onde conste o seu **NIB**;
 - Fotocópia da primeira folha da caderneta bancária;
 - Fotocópia de um cheque em branco.
 2. Junte também fotocópia de documento de identificação civil válido que tenha a sua assinatura (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte) para se verificar a autenticidade da assinatura.
 3. Envie o formulário e os documentos (NIB e identificação) pelo correio para o Centro Distrital da Segurança Social da sua área de residência ou entregue-os directamente num dos Serviços de Atendimento ao público. Em www.seg-social.pt/atendimentos, consulte o mapa da rede de serviços de atendimento público
- **Pode também obter o formulário nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.**

D3 – Quais as minhas obrigações?

Apresentar prova de deficiência

Certificado passado por uma equipa multidisciplinar de avaliação médico-pedagógica ou uma declaração de um médico especialista ou do médico assistente.

Informar a Segurança Social no prazo de 30 dias se:

- O jovem começar a trabalhar.
- A família deixar de estar em situação de carência (passa a receber pelo regime contributivo).
- A família se tornar monoparental (com um único adulto) ou deixar de ser monoparental.
- A composição do agregado familiar se alterar (por exemplo, com a morte ou o nascimento de alguém).

O beneficiário/cliente deverá preencher o modelo MOD. GF37-DGSS - Comunicação de Alteração de Elementos, disponível no site www.seg-social.pt, em formulários. Deverá entregar este formulário em qualquer serviço de atendimento ou envia-lo por carta dirigida ao Centro Distrital da área de residência, ou para o Centro Distrital competente (aquele que lhe paga o abono).

D4 – Por que razões Cessa ou Suspende?

O pagamento da bonificação por deficiência é Suspende (interrompido) se...

A bonificação por deficiência Cessa (termina) quando...

O pagamento da bonificação por deficiência é suspenso se...

O jovem portador de deficiência começar a exercer uma actividade enquadrada por regime de protecção social obrigatório (ou seja, se tiver de descontar para a Segurança Social ou outra entidade semelhante) – porque deixa de receber abono de família para crianças e jovens

Não entregar a prova de rendimentos ou escolar.

A bonificação por deficiência cessa quando...

A criança ou jovem deixa de ser considerado portador de deficiência.

Não entrega a prova de deficiência.

Deixar de viver em Portugal.

Não tiver um título válido de permanência, no caso de cidadãos estrangeiros.

A criança ou jovem morre.

O jovem atinge os 24 anos.

Regime contributivo

O beneficiário deixar de ter registo de remunerações no sistema (deixar de descontar para a Segurança Social) - pode passar para o regime não contributivo.

A pessoa portadora de deficiência começar a receber o mesmo subsídio através de outro beneficiário.

Os rendimentos da pessoa portadora de deficiência ultrapassarem € 374,36 (89,3% do IAS) se for casada ou € 187,18 (44,65% do IAS), se for viúva, separada ou divorciada.

Regime não contributivo

A pessoa portadora de deficiência começar a receber o mesmo subsídio por outro regime de protecção social.

A família deixar de estar em situação de carência, ou seja:

- Os rendimentos mensais brutos da criança ou jovem ultrapassam os € 167,68 ou o rendimento total da família ultrapassa os € 628,83.

ou

- O rendimento total da família ultrapassa os € 125,76 por pessoa ou a família já não está numa situação de risco ou disfunção social.

E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável

Portaria n.º 511/2009, de 14 de Maio

Actualização dos montantes das prestações por encargos familiares, deficiência e dependência.

Portaria n.º 1514/2008, de 24 de Dezembro

Actualização anual IAS para 2009 e das pensões e outras prestações sociais.

Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro

Bases gerais do sistema de segurança social.

Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 341/99, de 25 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 250/2001, de 21 de Setembro

Regime jurídico das prestações familiares, derogado (parcialmente anulado) nas eventualidades abono de família para crianças e jovens e Subsídio de Funeral.

Decreto-Lei nº 160/80, de 27 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº133-C/97, de 30 de Maio e respectiva legislação complementar

Esquema de prestações de segurança social, dirigido aos nacionais residentes no país que não se encontrem abrangidos por qualquer regime de protecção social.

E2 – Glossário

Descendente do beneficiário

São considerados descendentes do beneficiário os seus filhos, enteados, adoptados restritamente, os menores que, mediante confiança judicial ou administrativa, se encontrem a seu cargo com vista a adopção ou os menores confiados pelo tribunal.

Rendimento per capita do agregado familiar

É o valor do rendimento total (anual líquido, ou seja, antes dos descontos) do agregado familiar a dividir pelo número de membros do agregado familiar.

Por exemplo, se os rendimentos de todos os membros do agregado familiar somarem € 1000,00 e houver 5 pessoas, o rendimento per capita é igual a € 200,00.

Prazo de garantia

É o período mínimo de descontos para a Segurança Social que é necessário para ter acesso a um benefício.

Perguntas Frequentes

1. No regime contributivo, se não cumprir o *prazo de garantia*, passa para o não contributivo?

Não. Para passar para o regime não contributivo tem de estar numa situação de carência (ou seja, cumprir a condição de recursos) e pedir a bonificação pelo regime não contributivo.

Mais tarde, quando completar os 12 meses de descontos (nos últimos 14 meses, a contar da data do pedido), pode pedir a bonificação pelo regime contributivo.

2. No regime não contributivo, se a família deixar de estar em situação de carência, a criança/jovem deixa de receber a bonificação?

Sim. No entanto, se reunir as condições indicadas acima, pode apresentar um novo pedido, pelo regime contributivo.

3. O jovem pode trabalhar sem perder o direito à bonificação?

Não. Não trabalhar é uma das condições para receber o abono de família. Interrompido o abono é automaticamente interrompida a bonificação.

São permitidos:

- Trabalho que faça parte de um estágio profissional
- Acções de formação remuneradas.

4. Os valores que recebo da Segurança Social a título de bonificação por deficiência devem ser declarados para efeitos de IRS?

Não, não necessita de declarar, para efeito de IRS, os valores recebidos de bonificação por deficiência